

Há solução para a crise da docência

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto

A cada nova divulgação dos dados do Censo da Educação Superior aumenta a preocupação com o crescimento exponencial da formação de professores no Brasil na modalidade de ensino a distância (EaD). Dos 789,1 mil alunos ingressantes em cursos de licenciatura em 2022, 81% foram nessa modalidade — e grande parte deles no setor privado. Em 2010, esse percentual era de 34%. Esse crescimento se deu ao longo de vários governos. A preocupação de todos — do ministro da Educação Camilo Santana aos educadores procurados pelas diferentes mídias — se concentra na qualidade dessa oferta.

A questão da qualidade pode ser aferida pelas notas médias dos cursos de formação de professores no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Por exemplo, os cursos de licenciatura em química, pedagogia e física tiveram notas médias de 34,59; 34,88 e 35,77, respectivamente, no Enade — cuja nota máxima é 100. Além de não atingir nem a metade dessa pontuação, houve uma queda de desempenho em relação às notas de 2014.

Mas o problema não para por aí. Examinando a taxa de desistência de alunos ingressantes nesses cursos no período de 2013 a 2022, nos deparamos com uma evasão altíssima. Em pedagogia, de cada 100 ingressantes em 2013, 48 desistiram; em física, 72; e em química, 65.

Se levarmos em conta os baixíssimos níveis de aprendizagem escolar ao final do ensino médio — em que, de cada 100 concluintes da rede pública de ensino, apenas cinco aprenderam o que seria esperado em matemática —, o quadro é extremamente grave para a educação brasileira. É preciso tomar medidas urgentes, senão vamos continuar enxugando gelo. E a lacuna educacional em relação aos países mais avançados só irá aumentar.

O que precisamos fazer? Em primeiro lugar, estabelecer mecanismos que possam monitorar a qualidade da oferta dos cursos de formação de professores — o que cabe ao Ministério da Educação (MEC). Mas não basta ficar na defensiva: é preciso ter uma atitude que incentive quem quer oferecer cursos presenciais de boa qualidade — seja no setor público ou no privado. E, para isso, não basta oferecer mais do mesmo — porque os próprios cursos presenciais também são questionados quanto à qualidade. Por exemplo, são excessivamente teóricos — as aulas práticas são pouco exploradas. Na Resolução 02/19 do CNE, que se encontra em vigor, foram destinadas 800 horas à prática — que, em geral, não são cumpridas, especialmente as 400 horas do estágio curricular obrigatório. É preciso ser menos conteudista e trabalhar o desenvolvimento de habilidades e competências que preparem o professor para o futuro do aluno, e não para o passado do professor.

O MEC, em colaboração com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que tem uma diretoria para melhorar a formação de professores, poderia criar um edital que pudesse apoiar, enquanto política pública, currículos inovadores no campo da formação de professores, incluindo aqueles apresentados pelo setor privado. Além disso, criaria o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) da qualidade da formação docente (Fies-QFD) para as instituições privadas que queiram oferecer cursos de qualidade que possam se sobrepor aos cursos de EaD de R\$ 200.

Por fim, lembrando a ideia do ex-ministro da Educação Cristovam Buarque, os alunos concluintes desses cursos, certificados como inovadores, fariam parte de uma carreira nacional de professores e poderiam ingressar no serviço público sem a necessidade de fazer concurso, com um salário de partida equivalente ao

de um médico em início de carreira. Isso com certeza atrairia muitos estudantes do ensino médio para a carreira do magistério. Se o Brasil soube criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) — posterior ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado na gestão

do saudoso ministro Paulo Renato Souza, hoje estratégico para a melhora salarial do professor —, caberia agora criar o Fundeb da Carreira Docente, em regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios. Penso que isso seria possível — basta ter vontade política e dar prioridade àquilo que importa para efetivamente melhorar a qualidade da educação neste país.



Duas pátrias no Oriente Médio

» ARNALDO NISKIER

Membro da Academia Brasileira de Letras

Como se justifica o violento e covarde assassinato de 270 jovens numa festa rave, em Israel? A bestialidade, certamente, atingiu seus limites extremos e deploráveis.

Tenho três filhos politizados. De formação, felizmente, democrática. Como eu, são favoráveis à existência de duas pátrias em território no Oriente Médio, como foi a ideia original do governo britânico ao determinar a Partilha. Desde 1948, no entanto, grupos árabes terroristas se opuseram à ideia. Não querem conviver harmonicamente com os judeus. Desejam, como é o caso do Hamas, a sua destruição e a morte dos que seriam seus inimigos.

Quando um não quer, como estabelecer a paz necessária? Acompanho isso de perto, pois tive um sobrinho coronel do Exército (Amiran Nir) e outro (Shimon Sheves) que foi o braço direito do inesquecível Itzhak Rabin, assassinado por um terrorista do lado de cá. Além disso, devo assinalar o ativismo político do primo Sérgio

Niskier, que foi presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro. Nossa família jamais poderia ser acusada de omissa nas questões do Oriente Médio. É preciso defender a tese de que a paz se faz necessária, com a adesão das partes. Sem exigências descabidas.

Estive, algumas vezes, em visita a familiares no Estado de Israel. A primeira delas foi em 1967, logo após a Guerra dos Seis Dias. Ainda era possível ver destroços nas ruas da cidade, tanques destruídos, botas de soldados egípcios ornamentando as ruas. Mesmo assim, num clima aparentemente adverso, tive vontade de visitar a Faixa de Gaza. Elogiaram a minha coragem.

Aluguei um táxi por 200 dólares, e fui com a Ruth para aquela zona nervosa. O motorista botou uma “45” no banco dianteiro. Perguntei pra que aquilo, e ele foi claro: “Por aqui, ainda existe muito franco atirador. Se algum deles se colocar no nosso caminho, passo fogo.” Um clima naturalmente insuportável. Em nossa excursão, não houve nada de anormal. Cheguei a parar numa

feira para comprar legumes e frutas. Quando o palestino soube que éramos brasileiros, sorriu gostosamente. Por que não é sempre assim?

Vamos insistir num ponto: não haverá paz permanente sem que os dois povos tenham seu pleno reconhecimento. Se o Hamas insistir na sua política de destruição do povo judeu, certamente não haverá solução.

Temos que lamentar muito a morte de crianças, mulheres e civis na região conflagrada. É muito triste, também, a posição do Irã nisso tudo. Estimula a guerra, com os recursos do seu petróleo abundante.

O mundo seria mais feliz se a ONU fosse respeitada em suas resoluções inócuas. Determina tréguas humanitárias, mas ninguém dá bola às suas decisões, até porque ela possui um incrível direito de veto, reservado às grandes nações, o que invalida soluções pacifistas.

Estamos rezando por melhores dias. A guerra é a pior das soluções, assim como o ódio jamais será construtivo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Saneamento adia o futuro

Para um país com mais de 208 milhões de habitantes e que almeja, um dia, figurar entre as nações do primeiro mundo, fica difícil, senão impossível verificar que só pouco mais da metade dessa população tem, em pleno século 21, esgoto e água tratados. O Marco do Saneamento Básico, disposto na Lei 14026/2020, promulgado em julho de 2020, tinha como meta alavancar R\$ 700 bilhões em investimentos, para melhorar os serviços de saneamento básico, bem como a sua distribuição para essa parcela da população, por meio de empresas. O projeto tinha como metas a distribuição de água potável, a coleta e o tratamento de esgoto, a drenagem urbana das águas pluviais e a coleta e destinação correta dos resíduos sólidos.

Com a chegada do novo governo, em 2023, foi anunciada alteração de pelo menos dois artigos do Marco do Saneamento Básico, bem como a edição de novos decretos, para, segundo o governo, atender as exigências impostas pelo Congresso Nacional. Ocorre que os parlamentares questionaram a prestação de serviço sem licitação pelas empresas públicas para a realização dessas obras, bem como a confecção de novos contratos que, para o bem público, deveriam ser extintos.

Várias lideranças no Congresso alertaram para as mudanças propostas pelo governo, ressaltando que provocariam insegurança jurídica, ao mesmo tempo em que impediriam novos investimentos. Nessa queda de braço entre o Executivo e o Legislativo, os senadores desistiram de votar o projeto que derrubaria os dois decretos do Palácio do Planalto. Na verdade, o que o governo deseja é afastar a entrada de empresas privadas nesse setor, retirando desse mercado a concorrência pública nos serviços de coleta e tratamento de esgoto, bem como o fornecimento de água potável, com o favorecimento às estatais de saneamento.

As razões são de ordem político-ideológicas. A verdade também é que os políticos, de forma geral, sempre evitaram obras de saneamento básico, por uma razão prosaica: essas são obras, na maioria das vezes, realizadas debaixo da terra e, portanto, não têm visibilidade e apelo de marketing que os políticos tanto desejam e garantam voto. É como muitos afirmam: são obras que, embora essenciais, ninguém vê.

Como tem ocorrido sempre, os partidos de esquerda entraram com ações no Supremo, pedindo a suspensão da Lei. Enquanto a burocracia e a política embaralham o deslanche do Marco de Saneamento, os hospitais e postos de saúde continuam abarrotados de pessoas, a maioria crianças e idosos, que adoecem, justamente, pela falta de saneamento básico. Entrar no primeiro mundo, com uma boa parcela da população afetada por doenças que muitos países resolveram há quase dois séculos, parece ainda um sonho distante.

» A frase que foi pronunciada

“Governo do povo, pelo povo, para o povo.”

Abraham Lincoln

Sem qualidade

» Apesar de a Aneel afirmar o contrário, os indicadores de qualidade não estão mais disponíveis nas contas de energia. Na página da agência reguladora, vem tudo detalhado: DIC é apuração, em cada unidade consumidora ou ponto de conexão ocorreu descontinuidade da distribuição de energia elétrica. FIC é a frequência de interrupção individual por unidade consumidora. Ou melhor, é o número de interrupções ocorridas, no período de apuração (mensal, trimestral e anual), em cada unidade consumidora ou ponto de conexão. Quem quiser saber o DIC e FIC da sua conta deve buscar os canais de informação da Neoenergia.

Promenade

» Em Brasília, é assim. Você passeia no fim de semana, vai à feira de Antiguidade, no Gilberto Salomão, e, de repente encontra, Dib Francis, Moema Craveiro, a doutora Maria Tereza Mariz, Rafael Oliveira e o próprio Gilberto Salomão. Pode ser que Paulo Octávio faça um bom negócio com Dib, comprando seu piano para a nova sala de Neusa França, no Shopping ID. Moema Craveiro Campos ainda em êxtase com o Brinde das Sextas Musicais da Casa Thomas Jefferson, onde deu um verdadeiro show ao piano com o canto de Wilzy Carioca. Vale conferir no Youtube. Doutora Maria Tereza preparando os papéis e partituras para levar seu coral para representar o Brasil na Alemanha. Rafael Oliveira, quase na adolescência, tem o mesmo sobrenome de sua musa: Dalva. Canta como gente grande todas as músicas da era do rádio. E o Gilberto Salomão abriu o baú com histórias sensacionais do tempo em que Brasília era só poeira.

» História de Brasília

Diversos bueiros da avenida W-3 estão sem tampão, o mesmo acontecendo no Eixo Rodoviário. Próximo ao Iapjesp, há um bueiro no ponto de ônibus, e os veículos fazem ginástica para não caírem nele, ou impedem a pista da direita, enquanto recebem passageiros. (Publicada em 24/3/1962)